

# PERSPECTIVAS FORMATIVAS PARA O PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO PRESCRITAS NO PERIÓDICO BOLETIM GEOGRÁFICO (1943 – 1946)

*FORMATIVE PERSPECTIVES FOR THE GEOGRAPHY'S TEACHERS IN SECONDARY EDUCATION PRESCRIBED IN THE GEOGRAPHIC PERIODIC BULLETIN (1943 – 1946)*

*PERSPECTIVAS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO DE GEOGRAFÍA EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA PRESCRITA EN EL PERIÓDICO BOLETÍN GEOGRÁFICO (1943 – 1946)*

**Maria Vitória Ferreira Dias**

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: [viitoria.dias0077@gmail.com](mailto:viitoria.dias0077@gmail.com)

**Angélica Mara de Lima Dias**

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: [angelicadias@servidor.uepb.edu.br](mailto:angelicadias@servidor.uepb.edu.br)

## RESUMO

Este artigo propõe apresentar as Tertúlias Geográficas e o Curso de Inverno como aspectos formativos para o professor de Geografia através do periódico *Boletim Geográfico*, intencionando uma melhor atuação no ensino secundário, durante a década de 1940. O início do recorte temporal marca o período ditatorial imposto por Getúlio Vargas, assinalado por efervescências políticas e sociais. Nesse contexto, a educação se caracterizou como ponto basilar, mais precisamente o ensino de Geografia, que ficou a cargo de renovar a mentalidade da sociedade, focalizando no conhecimento nacional e o estímulo incansável do sentimento patriótico. Para alcançar estes objetivos, a Geografia moderna teria que ocupar o espaço da Geografia tradicional, dando ênfase às novas maneiras de realizar o processo de ensino e aprendizagem, essencialmente no ensino secundário, nível escolar escolhido para trabalhar os ideais do aparelho administrativo governamental em padrões abalizados. Dessa forma, estratégias foram sinalizadas para enriquecer a formação do professor de Geografia, a exemplo do *Boletim Geográfico*, periódico criado através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para espacializar diversos aspectos geográficos, além de leis, diretrizes e prescrições metodológicas para o ensino secundário. A partir das publicações do periódico supracitado, obtivemos informações importantes acerca das orientações modernas para a aplicação do ensino de Geografia no nível escolar secundário através das temáticas difundidas no Curso de Inverno e as discussões e debates das Tertúlias Geográficas, originados para promover uma formação de maior qualificação para os graduandos, fornecendo suporte metodológico, a fim de modernizar o ensino de Geografia.

**Palavras-chave:** formação docente; geografia escolar; periódicos especializados.

## ABSTRACT

This article proposes to present the Tertúlias Geográficas and the Winter Course as formative aspects for the Geography teacher through the geographic periodic bulletin, intending a better performance in secondary education, during the 1940s. The beginning of the time frame marks the dictatorial period imposed by Getúlio Vargas, marked by political and social effervescence. In this context, education was characterized as a fundamental point, more precisely the teaching of Geography, which was in charge of renewing society's mentality, focusing on national knowledge and the tireless stimulus of patriotic sentiment. To achieve these objectives, modern Geography would have to occupy the space of traditional Geography, emphasizing new ways of carrying out the teaching and learning process, essentially in secondary education, the school level chosen to work the ideals of the governmental administrative apparatus in authoritative standards. In this way, strategies were signaled to enrich the training of Geography teachers, such as the *Boletim Geográfico*, a journal created by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), to spatialize various geographic aspects, in addition to laws, guidelines and methodological prescriptions for secondary education. From the publications of the aforementioned periodical, we obtained important information about the modern guidelines for the application of Geography teaching at the secondary school level through the themes disseminated in the Winter Course and the discussions and debates of the Geographical Gatherings, originated to promote a higher education. qualification for undergraduates, providing methodological support, in order to modernize the teaching of Geography.

**Keywords:** teaching training; school geography; specialized periodicals.

## RESUMEN

Este trabajo se propone presentar las Tertúlias Geográficas y el Curso de Invierno como aspectos formativos para el profesor de Geografía a través del periódico Boletim Geográfico, pretendiendo un mejor desempeño en la enseñanza secundaria, durante la década de 1940. El inicio de la época marca el período dictatorial impuesto por Getúlio Vargas, marcado por la efervescencia política y social. En este contexto, la educación se caracterizó como un punto fundamental, más precisamente la enseñanza de la Geografía, la cual se encargó de renovar la mentalidad de la sociedad, centrándose en el saber nacional y el estímulo incansable del sentimiento patriótico. Para lograr estos objetivos, la Geografía moderna tendría que ocupar el espacio de la Geografía tradicional, enfatizando nuevas formas de llevar a cabo el proceso de enseñanza y aprendizaje, fundamentalmente en la educación secundaria, el nivel escolar elegido para trabajar los ideales del aparato administrativo gubernamental en normas autoritarias. En ese sentido, se indicaron estrategias para enriquecer la formación de profesores de Geografía, como el Boletín Geográfico, revista creada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), para espacializar diversos aspectos geográficos, además de leyes, directrices y criterios metodológicos para la educación secundaria. De las publicaciones de ese diario obtuvimos importante información sobre las modernas pautas para la aplicación de la enseñanza de la Geografía en el nivel secundario a través de los temas difundidos en el Curso de Invierno y las discusiones y debates de los Encuentros Geográficos, originados para promover una mejor formación. para estudiantes de posgrado, brindando apoyo metodológico para modernizar la enseñanza de la Geografía.

**PALABRAS-CLAVE:** formación de profesores; escuela de geografía; periódicos especializados.

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1930 foi marcada por efervescência nas esferas política, educacional e cultural, tendo em vista o regime político implantado após a Revolução de 1930 (Dias, 2021). Com o firme propósito do Estado se modernizar, garantindo ainda um regime político autoritário e centralizador, o Governo Vargas passou a ser o legítimo representante da emergente burguesia industrial (Costa; Farias, 2009). Segundo Cacete (2017), a situação estabelecida pela Revolta de 1930 promoveu mudanças significativas em relação às necessidades sociais, em matéria de educação.

O então presidente Getúlio Vargas, a partir da criação do Ministério de Saúde e Educação, aprova a Reforma Francisco Campos – que leva o nome do ministro da época – e sanciona o decreto nº 19.851, 11 de abril de 1931, que renovava o ensino superior brasileiro com a introdução do sistema universitário. Segundo Rocha (2000, p. 132):

Neste decreto, eram criadas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que abrigariam, dentre outros cursos, o de Geografia. As duas primeiras instituições organizadas sob as novas regras, Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Distrito Federal absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), fundaram suas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criando os primeiros cursos de formação de profissionais para atuar nesta área de conhecimento.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras tinha dupla função, a principal, a formação de professores para a escola secundária, mas também a produção do conhecimento e a prática da

pesquisa (Cacete, 2017). A fundação da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935) foram marcos institucionais para a criação dos cursos supracitados em grandes universidades. Na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na USP (FFCL/USP) se dá a institucionalização do curso de Geografia no ensino superior no Brasil.

Salientamos o marco considerado como institucionalização oficial da disciplina escolar no currículo do Colégio Pedro II, no entanto, corroboramos com Albuquerque (2014) que ao trabalhar com fontes históricas para investigação da Geografia escolar, para além dos documentos considerados oficiais, esta data pode ter sido anterior ao marco institucional, como por exemplo, quando afirma que em alguns documentos históricos a Geografia escolar já se mostrava como cadeira isolada na Paraíba em 1932.

Concomitantemente ao surgimento dos cursos superiores de Geografia no Brasil, destaca-se a criação de órgãos de pesquisas de cunho geográfico e associações, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 1934, que se institui com o objetivo de produzir conhecimentos sobre o território nacional. Para Cabral (2018), é nesse período então que se hegemoniza uma Geografia estruturada em pilares modernos, porém, imbuída de inegável caráter nacional e patriótico.

Nesse sentido, na constituição de uma Geografia científica e moderna no Brasil, o IBGE, por sua ligação com a Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), não só teve grande parte do(a)s geógrafo(a)s recém-formados na referida universidade, trabalhando no instituto, como também recorria a seus professores para ministrar cursos de férias aos professores do ensino secundário (Dantas; Medeiros, 2011). Segundo Camargo (2009), por esses e outros motivos, o IBGE ocupou posição central na formação profissional e nas reflexões sobre a prática de ensino da Geografia.

Sendo assim, enquanto órgão oficial de Geografia, o IBGE contribui não só com o desenvolvimento de pesquisas, mas também com a produção de materiais didáticos – como mapas escolares – e produção de cursos para professores do ensino secundário. Nesta mesma direção, publica o periódico *Boletim Geográfico* (1943 – 1978), que apesar de não ter finalidades puramente pedagógicas – ofereceu suporte didático na prática de ensino escolar (Camargo, 2009).

Este periódico foi fundamental para demonstrar o desenvolvimento nacional em diversos aspectos sociais e naturais. *O Boletim Geográfico* publicou 2381 artigos em 259 volumes entre 1943 e 1978, contendo diversos artigos que tratam questões educacionais e geográficas. Sua circulação

inicialmente acontecia mensalmente, o que promovia uma maior compreensão das leis, diretrizes e prescrições metodológicas, ou seja, enfoques responsáveis por configurar um novo ensino secundário. Tal perspectiva se debruçava fortemente nos artigos destinados a contribuir com a formação do professor de Geografia, visando uma nova cultura docente.

É nesse sentido que buscamos refletir acerca das contribuições referente às Tertúlias Geográficas e o Curso de Inverno, destinado ao ensino de Geografia em 1943, usando, como fonte de pesquisa, artigos publicados no periódico *Boletim Geográfico*. Entendemos as publicações sobre as Tertúlias Geográficas e o Curso de Inverno como fração do periódico fonte de pesquisa. Para tanto, apoiamo-nos em procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico; catalogação e mapeamento da fonte de pesquisa através do banco de dados digital do IBGE; sistematização em gabinete dos dados analisados. Ao total selecionamos para análise 6 artigos publicados nos volumes 1 e 3 do periódico *Boletim Geográfico* no ano de 1943 a 1946.

O trabalho com fontes históricas exige do pesquisador um equilíbrio entre o suporte teórico e a dimensão empírica contida nos temas do periódico, é preciso cautela no trato com a fonte, cuidado e observação quanto aos dados catalográficos. Este aspecto é importante, uma vez que o periódico analisado é resultado de diferentes ações, de decisões técnicas ou mesmo de posicionamento de ideias de um determinado período (Lopes, 2019). A partir da catalogação e sistematização dos artigos utilizados, conseguimos identificar a dinâmica desempenhada na execução destas atividades, como foram planejadas para alcançar o objetivo de enriquecer a formação de professores de Geografia através da difusão de saberes geográficos do Brasil.

## 2. NOVOS TEMPOS PARA A GEOGRAFIA E O ENSINO SECUNDÁRIO

Diante da Revolução de 1930, novos parâmetros foram estabelecidos para o desenvolvimento urbano-industrial do Brasil, com o objetivo de inseri-lo nos moldes sociais de modernização das grandes potências da época. Nesse sentido, “uma sociedade que progressivamente se industrializava com uma concentração cada vez mais ampla da população nos centros urbanos, promoveu exigências cada vez maiores em relação à educação” (Cacete, 2017, p. 21). Logo, com o período ditatorial Estado Novo (1937-1945)<sup>1</sup>, imposto por Getúlio Vargas, novos escopos culturais foram firmados acerca da Geografia escolar.

---

<sup>1</sup> Fase ditatorial do Governo Getúlio Vargas que se estendeu de 1937 – 1945.

Neste processo de reestruturação do corpo social brasileiro, a Geografia se apresentava como ponto basilar em um cenário transicional econômico e cultural, uma vez que “tinha importante papel na formação da identidade nacional, pois construiria as noções espaciais necessárias àquele projeto [...]” (Dias, 2021, p. 16). Dessa forma, o ensino de Geografia se alinhava fortemente aos desígnios do ensino secundário.

As reformas educacionais empreendidas, após a Revolução de 1930, sinalizaram um caráter inovador a respeito dos níveis escolares, considerados em seus elementos gerais, inapropriados para as políticas de reconstrução social. A Reforma Francisco Campos, em 1931 – já citada anteriormente –, constituiu uma conotação educacional alinhada aos propósitos governamentais, tecendo críticas ao ensino secundário em função de seu formato desregrado e exclusivo à classe dominante (Barros, 2000). Com a consolidação desta reforma, mediante o decreto nº 19.890, 18 de abril de 1931, transformações importantes se efetivaram, delineando um novo quadro curricular, ascensão de matrículas e professores nas unidades escolares.

Ainda com estas mudanças ocorridas, o período ditatorial Estado Novo (1937-1945) aspirava a outras bases preparatórias para a formação do corpo discente pertencente ao ensino secundário. Em vista disso, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 1942, incutida na Reforma Gustavo Capanema, os requisitos da época para este nível escolar se apoiavam na regeneração da sociedade em termos de um conhecimento pátrio enfatizado e uma mentalidade voltada ao trabalho e a ordem (Dassie, 2001), tencionando a inserção do patriotismo nos cidadãos que estariam em atividade no futuro. Estes elementos deveriam ser fomentados continuamente para garantir a integração social nos novos prismas do capitalismo industrial. Nesse sentido, Montalvão (2021, p. 17) ressalta:

Efetuada em um contexto de grave centralização política e administrativa, a reforma Capanema procurou elevar o ensino secundário a um padrão não só condizente com as expectativas de obtenção de mão de obra qualificada [...], mas também alinhado ao teor ideológico de um regime que se imaginava capaz de gerar um homem novo para um novo Brasil.

Objetivando viabilizar os elementos propostos pela Reforma Capanema, a formação do professor de Geografia adquiriu relevo pela capacidade de executar a “Fábrica humana, a escola que ensina Geografia moderna pode e deve forjar sujeitos felizes, competentes profissionalmente, socialmente comprometidos e ambientalmente éticos” (Batista, 2018, p. 09). Dito isso, as finalidades governamentais que permeavam a restauração social se fundiam com os desígnios dos

geógrafos e intelectuais que estavam empenhados na ascensão da Geografia moderna no Brasil. O professor Pierre Monbeig, no artigo “Estudos Geográficos”, pontua:

Tem-se assim a triste surpresa de descobrir que os homens que ensinam a geografia há anos só sabem, exatamente, o que está escrito nos manuais secundários, nunca viram um mapa topográfico ou analisaram dados climáticos ou estatísticos. Muitas vezes, mesmo, o ensino de 'geografia no curso secundário é confiado a professores primários que não têm competência alguma para exercer essa função, para a qual não se prepararam de qualquer maneira<sup>2</sup> (Boletim Geográfico, 1943c, p. 08).

As contrariedades eram consideradas inúmeras, e a ausência do conhecimento da Geografia moderna por parte dos professores, que atuavam no ensino secundário, causavam inquietação por não conseguir difundir os aspectos prescritos pela época, de preparar os jovens criticamente para enfrentar os obstáculos políticos e sociais (Cabral, 1958). Conforme este cenário, o professor Pierre Monbeig no artigo “A Geografia no Ensino Secundário” indaga, “que lugar deve ter a geografia no ensino secundário? Como lhe dar um ensino eficaz? [...]” (Boletim Geográfico, 1945a, p. 07). Estas preocupações se faziam frequentes, uma vez que o tradicionalismo comportava firmemente os processos metodológicos do corpo docente de Geografia.

O ensino mnemônico, desconexo da realidade era visualizado como um obstáculo para alcançar os objetivos almejados ao ensino geográfico. O professor Sternberg, em artigo “A pesquisa geográfica no curso secundário”, publicado no *Boletim Geográfico* (1948), acentua as problemáticas existentes na relação entre professor e aluno “na escola rotineira, o agente ativo, que transmite a experiência, é o professor; o papel passivo desse binário desalentador é reservado ao aluno – nos casos extremos, simples recipiente em que se vertem os conhecimentos do mestre-escola” (Boletim Geográfico, 1948, p. 169). A falta de competências essenciais ligadas à comunicação em sala de aula e o ensino exploratório nas proximidades do alunado desviavam a significação patriota tanto requisitada.

A Geografia como disciplina escolar deveria ser encarada e aplicada nos fundamentos de uma ciência que não se restringe à funcionalidade puramente descritiva. Segundo o professor Dolabela, no artigo “Geografia, ensino e pesquisa”, publicado no *Boletim Geográfico* (1954), afirma que a função desta disciplina se destinava a “[...] localizar, analisar, organizar, classificar, compreender, comparar e explicar[...]” (Boletim Geográfico, 1954, p. 307), consubstanciando, assim, a significação de aprender Geografia para o desenvolvimento das aptidões necessárias a um

---

<sup>2</sup> As citações aqui trabalhadas se apresentam na forma original de escrita.

corpo social prontificado para os desafios da nova realidade brasileira. Em relação ao exposto, o professor Pierre Monbeig, no artigo “A Geografia no ensino secundário”, ainda destaca:

[...] Um certo número de temas que já foram muitas vezes tratados e que, entretanto, é preciso retomar sem cessar; não por terem sido apresentando incorretamente, mas porque os progressos registrados são ainda pequenos. Basta ver como, de maneira geral, os jovens que terminam o ciclo secundário dedicam pouco interesse à Geografia, quando não lhe têm, mesmo, uma ogeriza surda (Boletim Geográfico, 1945a, p. 14).

Compreende-se a preocupação estabelecida em torno de questões colocadas acerca do papel da Geografia no ensino secundário, tendo em vista as práticas mnemônicas ainda aplicadas, temporizando a inserção da Geografia moderna no ensino escolar. De acordo com Azevedo, Carvalho e Monbeig (1935), o professor deveria valer-se do mapa como um elemento de representação da realidade, além de realização de excursões, tornando o ensino de Geografia mais conexo com a realidade.

Para fomentar a Geografia moderna e o ensino ativo, foram pensadas novas estratégias didático-pedagógicas para aculturar o professorado de Geografia de acordo com a realidade de progressos sociais que estavam sendo construídos. Nesse sentido, através do periódico *Boletim Geográfico*, podemos compreender os parâmetros educacionais realizados que viabilizaram o conhecimento dos processos e objetivos deste cenário de renovação.

### 3. AS TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Enquanto a conjuntura geográfica no Brasil passava por significativas transformações, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) desempenhou um papel importante em relação ao desenvolvimento da Geografia moderna. Para tanto, sua participação pragmática se desenrolou “não somente na confecção de mapas escolares, como também na iniciação dos professores em sua utilização e nas possibilidades das representações espaciais, em sala de aula e fora dela, em nível secundário e superior” (Camargo, 2009, p. 05). Portanto, como órgão interno do IBGE, ficou prontificado a auxiliar os professores de Geografia, de forma geral, para que não houvesse impedimentos para o progresso em andamento. Consideremos:

O Conselho Nacional de Geografia ao divulgar na secção didática do seu Boletim a “Divisão Regional do Brasil”, aprovada para fins práticos e estatísticos, a qual foi elaborada sob sua responsabilidade, prontifica-se a atender às consultas de professores e estudantes da geografia do Brasil sôbre quaisquer pontos que lhes pareçam necessários aos seus estudos. (Boletim Geográfico, 1943a, p. 40).

Numa atmosfera de alterações, o CNG se manteve em suas atividades como pilar substancial, no que diz respeito a grandes contribuições didáticos-pedagógicos, bem como na assistência financeira e técnica que prestava aos professores dos cursos superiores de Geografia para a realização de pesquisas, objetivando torná-los conhecedores de sua pátria. Segundo Aranha (2014), o CNG deliberava questões que impactavam positivamente no curso superior de Geografia, principalmente na configuração de teoria e prática.

Outra realização importante do CNG, diz respeito às Tertúlias Geográficas semanais, constituídas através da resolução 117, 02 de dezembro de 1942, que possuíam enfoques relevantes, intencionando conduzir debates expressivos acerca da realidade brasileira nos seus aspectos físicos e sociais, buscando o engajamento dos geógrafos em geral com as temáticas abordadas. Segundo Backheuser (1943), era de extrema importância a participação de todos, em todas as esferas, para reunir as boas vontades e coordená-las para maior glória do país. Em nota, o CNG publica, através do *Boletim Geográfico*, a criação das Tertúlias e seus desígnios pretendidos:

Deliberando a realização dessas reuniões culturais, sob a orientação do Conselho Nacional de Geografia, o seu Diretório Central o fêz visando os seguintes objetivos: congregar geógrafos, professores de geografia, técnicos e profissionais de geografia em torno do Conselho, proporcionando-lhes: conhecimento pessoal mútuo; contacto com as grandes personalidades geográficas brasileiras; contribuições valiosas sobre temas geográficos de interesse e oportunidade; possibilidades de trocas de idéias, em entretenimentos culturais adequados; visitas a repartições especializadas e a serviços de geografia; ligação direta com as atividades do Conselho, obtenção de publicações especializadas e, finalmente, orientações, estímulos e colaborações para a realização de trabalhos e estudos (*Boletim Geográfico*, 1943a, p. 79).

No que se refere às Tertúlias, estas então funcionavam “sob a presidência de um técnico, fazia-se a apresentação dos assuntos de forma sucinta. Após o término da exposição, abria-se então a palavra ao demais participantes da tertúlia [...]” (Nogueira, 2019, p. 11). As Tertúlias Geográficas foram coordenadas pelo professor e pesquisador francês Francis Ruellan, visando promover uma maior comunicação e discussões construtivas entre professores, cientistas e ocupações pertencentes à área geográfica, logo, tratando de assuntos valiosos para Geografia como ciência referência, bem como a aplicação do ensino ativo na Geografia escolar.

As Tertúlias configuravam um novo âmbito de empreender e vulgarizar os princípios geográficos modernos que estavam sendo introduzidos na Geografia brasileira. O professor Everard Backheuser, no artigo “Tertúlias Geográficas” do *Boletim Geográfico* (1943), destaca as características do ambiente em que eram realizadas: “as reuniões tomam o aspecto de conversa,

mas de conversa a sério, com perguntas incisivas e respostas eruditas. A larga mesa é retangular, quase quadrada, mas, de fato, sem solenidades de presidência, parece a tábola redonda, onde todos se assentam com iguais direitos” (Boletim Geográfico, 1943, p. 05). O objetivo era a integração de todos os profissionais da Geografia, para viabilizar discussões efetivas acerca do tema colocado à mesa.

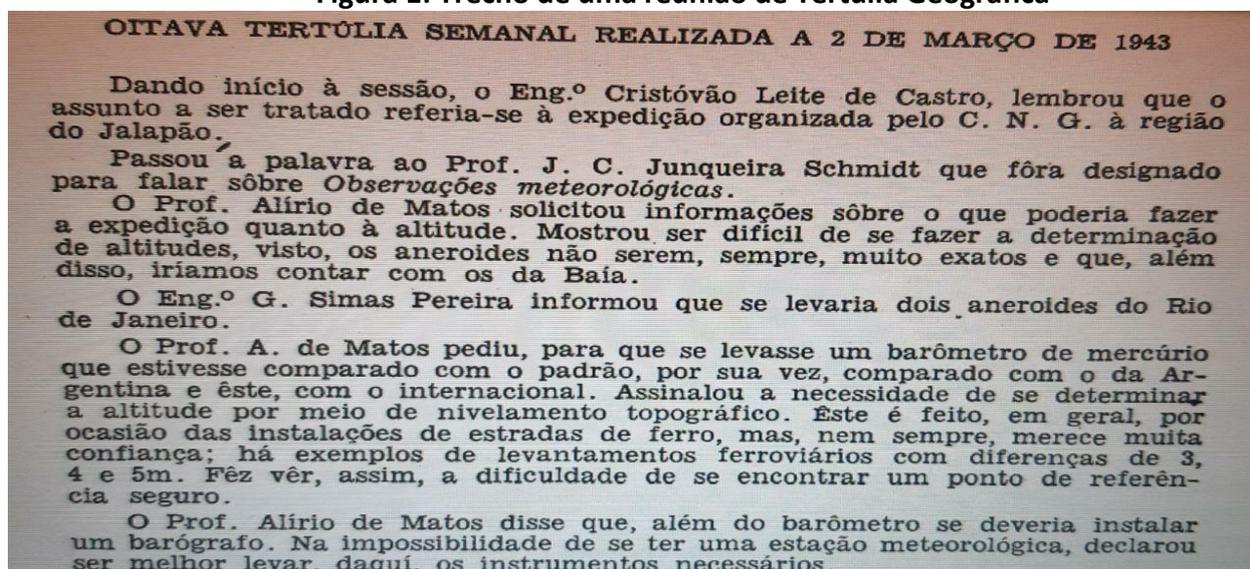
As Tertúlias Geográficas eram apontadas como reflexo de renovação científica, uma vez que propagavam os conceitos da Geografia moderna, por isso a importância da aproximação social, melhor dizendo, “vale a pena assistir a essas reuniões. Técnicos e leigos, professores e estudantes, homens com responsabilidade de governo e demolidores de preconceitos, velhos e moços, todos lucram em assisti-las” (Boletim Geográfico, 1943, p. 06). Isto significa que os conhecimentos apresentados e debatidos nas Tertúlias eram considerados acessíveis a grande parte da sociedade, visando à internalização dos saberes difundidos.

Assim, em um momento, no qual a condição de pesquisador se configurava como uma atribuição importante para a caracterização de um bom professor, as Tertúlias Geográficas exerciam seu papel de poder. O professor Pierre Monbeig, no artigo “Pesquisas Geográficas”, destaca que “[...] a concepção moderna da Geografia, onde o ensino nas escolas de todos os graus é ministrado por professores especialmente preparados e pôsto de acôrdo com as idéias novas e a pesquisa é encorajada, a Geografia foi chamada para render os melhores serviços” (Boletim Geográfico, 1945c, p. 916). Todos estes processos eram sinalizados em reuniões de Tertúlias que, além de procurar mecanismos para um melhor desempenho nos domínios da pesquisa, atuavam na disponibilização de teses, monografias e artigos importantes para o auxílio do exercício de investigação e docência.

Essas Tertúlias podem ser qualificadas como um meio de aproximação para conduzir o processo de estruturação de estudos, a partir da Geografia moderna, através dos profissionais da Geografia, bem como apresentar suas ideias e métodos com a finalidade de agregar com os conhecimentos destes profissionais. Portanto, as Tertúlias Geográficas, “realizadas em parceria com o IHGB [Instituto Histórico Geográfico Brasileiro], congregavam e atualizavam os professores da rede básica e vulgarizavam as conclusões das pesquisas geográficas” (Camargo, 2009, p. 11). Dessa forma, é possível afirmar que as Tertúlias contribuíram, de modo considerável, para a formação do professor de Geografia, tendo em vista os elementos geográficos e as conversações empreendidas, promovendo uma base ampla acerca das realidades do Brasil.

Além de discutir conteúdos geográficos, vale pontuar as conversações para a constituição de esferas educacionais e científicas objetivadas a contribuir com a Geografia moderna a partir de novos componentes. O mediador das discussões anuncia que “dando início aos trabalhos do dia, o Sr. Presidente declarou que como assuntos do dia haveria os debates em torno de: a) Concurso de Monografias de 1943. b) Museu de Geografia” (Boletim Geográfico, 1943, p. 60). Nesse ínterim, os debates seguiriam em torno do aprimoramento para as regras instrutivas ao concurso de monografia e a elaboração meticulosa acerca da criação do museu de Geografia. Vale ressaltar que o periódico *Boletim Geográfico* difundia as análises realizadas nestas reuniões com precisão. Vejamos um exemplo:

**Figura 1: Trecho de uma reunião de Tertúlia Geográfica**



Fonte: Boletim Geográfico (1943)

É interessante observar que as reuniões eram descritas detalhadamente pelo impresso lbegeano, oferecendo aos profissionais de Geografia que não compareciam ao encontro geográfico, os participantes que empreendiam os diálogos e as temáticas que eram metulosamente discutidas. Além de anunciar os números das Tertúlias, as respectivas datas também sempre estavam presentes nos tópicos. Através da conversação exposta, podemos compreender o que o professor Everard Backheuser chama de “conversa a sério” acima, uma vez que há apresentação do tema e logo inicia uma grande troca de informação entre os presentes profissionais nas Tertúlias.

Enfatizamos ainda que as Tertúlias Geográficas possuíam um alcance positivo, considerando não só as pessoas que compareciam às reuniões, bem como os leitores do periódico *Boletim*

*Geográfico*, que tinham completo acesso às apurações discutidas. O secretário geral do CNG ressalta a importância do periódico *Boletim Geográfico* que “[...]desde o surgir, não se ateve exclusivamente à divulgação das atividades dos órgãos centrais, regionais e municipais do Conselho, mas estendeu as notícias, contribuições e comentários a todos os fatos da geografia nacional” (Boletim Geográfico, 1943, p. 04). Nesta perspectiva, compreendemos o esforço de um periódico nacional, no sentido de difundir os acontecimentos de significativa relevância para a Geografia como ciência referência e disciplina escolar, propondo-se a delinear uma cultura geográfica ativa e esclarecedora.

Por fim, as Tertúlias se apresentaram como um dos componentes a estruturar uma formação professoral mais sólida, visto que viabilizavam saberes imprescindíveis sobre as condições naturais e sociais do Brasil, debatendo e questionando questões que abarcam diversas áreas da Geografia. Destarte, corporificando estas informações, o professor de Geografia poderia ministrar sua aula demonstrando fatos e eventos brasileiros com mais propriedade.

#### **4. PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS DESTINADAS AO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO A PARTIR DO CURSO DE INVERNO (1943)**

Para assegurar uma formação que estivesse alinhada aos princípios da Geografia moderna, o CNG buscou consolidar uma atuação ampla de realizações pedagógicas em diversos desenhos que se constituíram durante a década de 1940. Dito isso, o professor Everard Backheuser, no artigo “A hora da Geografia”, afirma que “para os professores de Geografia não formados pelas Faculdades de Filosofia e, portanto, autodidatas da disciplina, embora calejados por vários lustros de tarimba de magistério, têm sido preparados cursos de aperfeiçoamento” (Boletim Geográfico, 1946, p. 554). Vale ressaltar que os professores de Geografia, formados pelas Faculdades de Filosofia, também eram incorporados a estes cursos, considerando a discordância presente nos currículos destas universidades com os objetivos da Geografia moderna.

Uma das estratégias, os diversos cursos de aperfeiçoamento, que foram se firmando neste processo de materialização das práticas da Geografia moderna para o professor, configurou-se fortemente, o que computou grandes nomes da Geografia física e humana, além de professores que se debruçaram veementemente na modernização do ensino de Geografia. Para Silveira (1945), o Brasil conseguiu alargar os passos em termos científicos em função dos órgãos ativos e do âmbito formativo, o que conseqüentemente gerou resultados territoriais positivos acerca de suas

dimensões naturais, minerais e sociais. Com estes progressos, a busca incansável por um ensino que dispensasse normas tradicionais continuava.

Havia uma considerável variação de cursos objetivados à aprimoração docente, sendo identificados nominalmente como cursos de férias, cursos de informação geográfica e até mesmo cursos de aperfeiçoamentos espalhados por diversos estados do Brasil, encaminhando todas as disciplinas escolares presentes no currículo, bem como cursos puramente destinados ao professorado de Geografia.

Desta vez, a casa do estudante do Brasil, criada em 1929 por representantes das Escolas Naval e Militar, localizada no estado do Rio de Janeiro, viabilizava cursos de inverno, empenhados para fornecer uma maior qualificação profissional, além de atualizar os alunos sobre novos conhecimentos necessários ao saber. Conforme Cunha (2020), estas moradias estudantis eram uma espécie de instituição de ensino, que promovia saberes, troca de experiência, convivência e lazer. Para tanto, os residentes desta habitação beneficente eram contemplados com os cursos de inverno, a exemplo do primeiro curso, regido pelo professor Artur Ramos, que abordou temáticas importantes sobre a Antropologia brasileira.

Para se chegar ao objetivo de formar professores de Geografia para o ensino secundário, conectados às luzes de renovação e prontificados a espacializar os conteúdos acerca da Geografia geral e regional, o professor Pierre Monbeig organizou uma série de palestras, no que diz respeito ao ensino de Geografia, com finalidades de difundir a Geografia moderna a partir dos cursos de inverno, realizadas na Casa do Estudante. Vejamos:

Proseguindo nesta iniciativa, foi convidado para reger o curso deste ano, que será de Geografia o professor Pierre Monbeig, da Universidade de São Paulo. êste curso será feito em dois meses, tendo começado a 2 de junho corrente, devendo se prolongar a 2 de agosto, constando de 24 palestras, sendo 3 aulas por semana. O professor Monbeig organizou para êle, um substancioso programa, que será publicado integralmente no "Boletim" de julho. (Boletim Geográfico, 1943b, p. 95).

A elaboração das palestras para este Curso de Inverno (1943) foi outra aplicação de saberes geográficos para a aculturação do docente. O professor Pierre Monbeig afirma que “o ensino prático da Geografia não pode ser feito senão por um professor que recebeu somente a preparação pedagógica necessária como também a preparação científica e técnica adequada” (Boletim Geográfico, 1945a, p. 170). O programa deste curso de inverno procurou abarcar aspectos humanos e físicos, além de métodos que possibilitassem formas, a fim de que professores de Geografia introduzissem os conhecimentos disponibilizado no curso.

Embora o curso supracitado tratasse de temáticas gerais que englobassem o ensino de Geografia no nível secundário, superior e primário, iremos nos atentar a elementos mais propícios em referência a formação do professor de Geografia para o ensino secundário, como demonstra o Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1: A Geografia no ensino secundário (1943)**

|   |
|---|
| a) O material de trabalho: a capacidade limitada de abstração dos alunos, a evolução dos adolescentes, o meio familiar e a vida social; o ensino secundário não tem como fim a formação de geógrafos.       |
| b) Os três princípios que devem dirigir o ensino do professor secundário:<br>A Geografia localiza;<br>A Geografia descreve;<br>A Geografia compara.   |
| c) A aplicação desses princípios deve permitir aumentar os conhecimentos dos alunos, desenvolver neles qualidades do espírito:<br>A observação;<br>A reflexão;<br>O sentido do complexo (progressivamente); |
| d) O método de ensino da nomenclatura de ontem à lição magistral de hoje e à escola ativa de amanhã.  |
| e) a vaidade dos conselhos metodológicos.   |

**Fonte:** Adaptado de *Boletim Geográfico* (1943b)

Em face do quadro exposto, podemos compreender evidentemente que a partir destas temáticas metodológicas destinadas ao ensino de Geografia, no nível escolar secundário, o objetivo era apresentar pilares intelectivos da Geografia moderna, a fim de inseri-la, com estratégias e técnicas indispensáveis, para a renovação das práticas geográficas. Isto significa que o professor deveria utilizar estes princípios para guiar todo o seu processo de lecionar e utilizar a metodologia adequada para o desenvolvimento do ensino.

Estas prescrições metodológicas que permearam o Curso de Inverno de 1943, destinado aos professores de Geografia, revela-nos as principais preocupações acerca do ensino desta disciplina na época, iniciando-se pela necessidade de ajustar seus objetivos, chegando inclusive à imprescindibilidade de escolha e utilização dos métodos. No que se refere às finalidades, o professor Monbeig, no artigo “A Geografia no ensino secundário”, assegura que o principal papel do professor de Geografia “[...] é contribuir à formação de intelectos suficientemente guarnecidos, versados no manejo do pensamento e dotados de métodos rigorosos para manejar esse pensamento” (*Boletim Geográfico*, 1945a, p. 164). Ou seja, as aulas de Geografia deveriam ser conduzidas pelo princípio

da construção de um pensamento crítico, aceso para as dinâmicas sociais e naturais do Brasil, havendo a cautela de não formar técnicos e propriamente geógrafos.

Para efetuar este espírito reflexivo e conhecedor pátrio, os três princípios geográficos teriam que estar alinhados e sistematizados. Ainda, no artigo “A Geografia no ensino secundário”, o professor Pierre Monbeig enfatiza sobre os princípios supracitados:

O primeiro é que a Geografia localiza. Ela ensina, pois, o lugar exato dos fenômenos da terra; começa-se por localizar tal ou tal fato e procura-se também onde êle se repete e quais os outros fenômenos que o cercam em suas localizações múltiplas. [...] Em segundo lugar, a geografia descreve. Ela não se contenta em afirmar que tal ou tal fato se localizam aqui ou ali, mas ela dá uma descrição dos fatos. [...] Depois de ter localizado, depois de ter descrito, o geógrafo compara: tal maciço montanhoso com tal outro, um certo tipo de casa rural uma com a outra de outro tipo, uma técnica agrícola com outra, uma estrutura econômica com outra assim por diante (Boletim Geográfico, 1945a, p. 166).

A organização destes princípios se configurou de maneira essencial para o êxito das aulas de Geografia, uma vez que, muitas vezes, determinado princípio era utilizado excessivamente, desvinculando elementos importantes que seriam tratados em outro fundamento metodológico (Carvalho, 1945). Dito isso, tanto a localização, quanto a descrição e comparação deveriam iniciar pelas proximidades do alunado, fornecendo as informações consideradas indispensáveis à realidade e, posteriormente, este processo alcançaria outras dimensões.

Segundo o professor Delgado de Carvalho, “[...] o que constitui a geografia moderna, é também a sua expressão gráfica, a sua representação prática, por meio de sinais convencionais, de desenhos e de documentos reproduzidos” (Boletim Geográfico, 1945b, p. 06). Portanto, ressaltamos que a utilização destas prescrições metodológicas deveria se conectar aos recursos didáticos que ilustrassem a realidade, contando com o uso de globos, mapas, jornais, excursões e outras estratégias, em detrimento do uso constante do livro didático, possibilitando efetivar as qualidades do espírito, citadas no quadro.

Assim sendo, o professorado de Geografia, atuante no ensino secundário, deveria internalizar estes preceitos para dar origem a um ensino de caráter ativo, reflexivo e crítico, visto que o ensino mnemônico, com sua forte característica desestimulante ao aprendizado, seria incapaz de produzir um cidadão que estivesse alinhado aos acontecimentos e transformações urbano-industriais do Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o movimento modernizador que se inicia na década de 1930 nas esferas política, econômica e educacional, e o surgimento dos cursos superiores de Geografia no Brasil delinearão novas convicções educacionais acerca do ensino de Geografia, que se consolidaram através de estratégias didáticos-pedagógicas. Como contribuintes formativos, as Tertúlias Geográficas (1943 – 1945) e o Curso de Inverno (1943) realizados para promoverem um ensino ativo e uma Geografia moderna, foram importantes para incutir no corpo social ideais patrióticos, a fim de firmar a valorização do território brasileiro e a padronização de uma sociedade vinculada às normas de modernização, idealizada pelo governo Vargas.

Para tanto, podemos afirmar que através das publicações do *Boletim Geográfico*, os processos e objetivos que direcionaram as Tertúlias Geográficas, bem como o Curso de Inverno de 1943, destinados à Geografia, foram essenciais para a aculturação docente. Ambos os contribuintes configuraram pontos fundamentais, tanto para a Geografia moderna se fixar no meio científico e originar outras possibilidades eficientes para realizar pesquisas, quanto para a Geografia como disciplina escolar.

A partir disso, entendemos que os elementos tratados, mediante as palestras ministradas no Curso de Inverno, visaram fomentar as práticas renovadoras para a Geografia escolar, substancialmente no ensino secundário, tendo em vista o destaque dos princípios metodológicos da Geografia moderna. Com relação às Tertúlias Geográficas, ressaltamos que apesar de abarcarem um público geográfico abrangente, ultrapassando os limites docentes, é inegável sua contribuição para a formação professoral de Geografia, visto que os diálogos e debates estabelecidos foram de extrema importância para a internalização dos saberes geográficos pelos professores.

Em suma, é fundamental apontar a importância do periódico *Boletim Geográfico* como fonte de pesquisa reveladora não só da história da ciência geográfica no Brasil, mas também de uma história da formação de professores de Geografia. Posto isto, por meio dos procedimentos educacionais levantados no texto, entendemos as práticas pedagógicas direcionadas aos professores de Geografia, tencionando um ensino ativo para viabilizar a tão almejada renovação educacional, nacional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Um debate acerca da origem da Geografia escolar no Brasil. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 02, n. 02, p. 13-23, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1374/640>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo, n. 03, p. 01-17, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/971>. Acesso em: 20 jan. 2023.

AZEVEDO, Aroldo; MONBEIG, Pierre; CARVALHO, Maria da C. V. O ensino secundário da Geografia. Copiado de Geografia, Ano I, nº 4, AGB São Paulo, 1935. São Paulo, **Revista Orientação**, n. 8, 1990. p. 113 – 115.

BACKHEUSER, Everard. Tertúlias geográficas. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 02, 1943.

BARROS, Maria Cristina Lanza de. **A História da disciplina Geografia nas décadas de 1930 e 1940: Expressão da fisionomia do Estado**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.

BATISTA, Bruno Nunes. O ensino de geografia paga tributo à escola nova? **Geosaberes**, Fortaleza, n. 19, p. 01-16, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5528/552857130016/552857130016.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CABRAL, Thiago Manhães. As temáticas físico-naturais e a Geografia escolar moderna: grupos políticos, demandas e lutas pela significação curricular na Era Vargas (1930 – 1945). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 14, n. 25, p. 123-157, 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8992>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARVALHO, Delgado de. As três características do Ensino Geográfico. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 23, 1945.

CACETE, Núria Hanglei. **O Ensino Superior no Brasil e a Formação de Professores (1930 – 2000)**. Jundiaí: Paco, 2017.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 01, p. 23-39, 2009. Disponível em: [https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=42](https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=42). Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, Antônio Albuquerque da.; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **Formação Territorial do Brasil**. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

CUNHA, Eduardo Gomes. **Memorial descritivo: CEUU – Casa do Estudante Universitário UFG**.

2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Artes e Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia Hortêncio de Lima. **Introdução à Ciência Geográfica**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2011.

DASSIE, Bruno Alves. **A Matemática no curso secundário na Reforma Capanema**. 2001. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Departamento de Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

DIAS, Angélica Mara De Lima. **A Revista do Ensino e a Geografia Escolar (1932 – 1942):** inovações educacionais na Paraíba. 2021. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2021.

LOPES, Maria Rita de Castro. Boletim Paulista de Geografia (1949-1979): leitura sobre o saber geográfico escolar. Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias, 14, 2019, Campinas. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2938>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MONTALVÃO, Sergio de Souza. Gustavo Capanema e ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **SciELO Brasil**. São Paulo, v. 25, p. 01-21, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/108349/pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Ideologias geográficas e conquista territorial: o norte do Rio Doce capixaba – 1940. Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – Enanpege, 13, 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: [enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562425504\\_ARQUIVO\\_Anpege\\_19\\_Textocompleto\\_final.doc.pdf](http://enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562425504_ARQUIVO_Anpege_19_Textocompleto_final.doc.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/364/346>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 01, p. 15-34, 2014. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/issue/view/144>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVEIRA, João Dias da. Formação do geógrafo moderno. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 29, 1945.

## FONTES

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, 1943a.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 03, 1943b.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 11, 1943c.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 19, 1944.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 26, 1945a.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 30, 1945b.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 31, 1945c.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 41, 1946.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 62, 1948.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 122, 1954.

*Artigo submetido em: 24/02/2023*

*Artigo aceito em: 11/03/2024*

*Artigo publicado em: 30/06/2024*